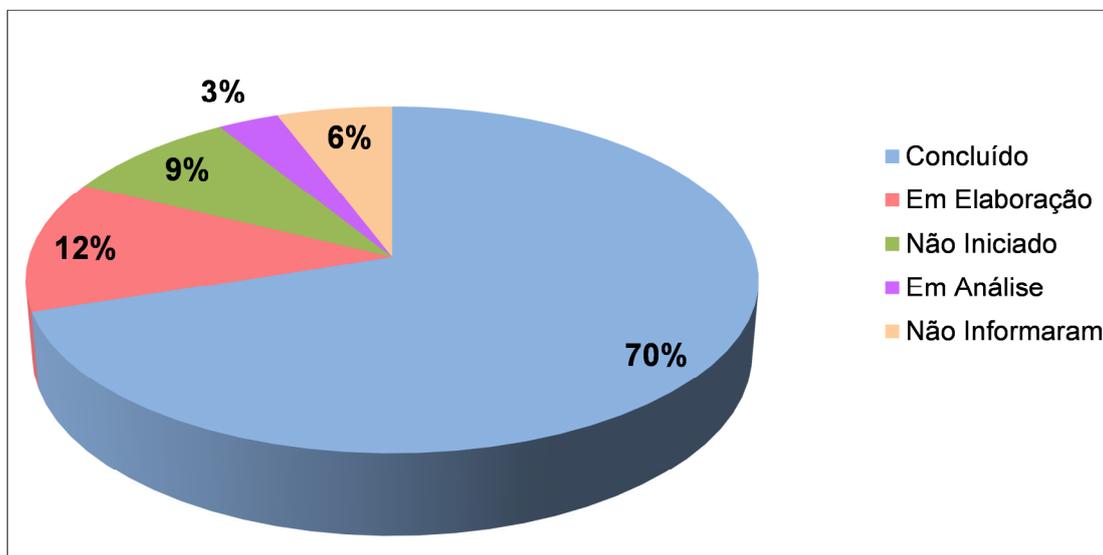


PANORAMA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM SANTA CATARINA - NOVEMBRO 2012

Com o advento do marco regulatório em saneamento, cravado pela Lei Federal nº11.445 de 2007, os municípios de todo o território brasileiro foram confrontados com uma nova realidade que os obrigou a tomar medidas reais em relação ao setor de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos. Dentre essas medidas, a mais comentada e urgente foi a necessidade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Tais planos englobam o diagnóstico, objetivos, programas, projetos, ações e mecanismos de avaliação dos pilares que compõem o saneamento. De todos os estados da Federação, Santa Catarina desponta como um dos pioneiros e mais avançados com relação à implementação dos PMSB nos seus municípios. Com base em dados levantados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN) e pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), foi possível traçar um panorama atualizado do andamento da implementação das prerrogativas da Lei nº 11.445 no estado.

Levando em consideração o universo total de todos os municípios catarinenses (Figura 1), 70% já possuem seu PMSB concluído. Se além dos planos finalizados, for computado os municípios que já deram o passo inicial para começar a implementação dos planos, ou seja, em análise e em elaboração, 85% já tomou alguma iniciativa concreta. Isso mostra que um número expressivo de entes membros do Estado de Santa Catarina se mobilizaram em relação ao preconizado pela legislação federal de saneamento.

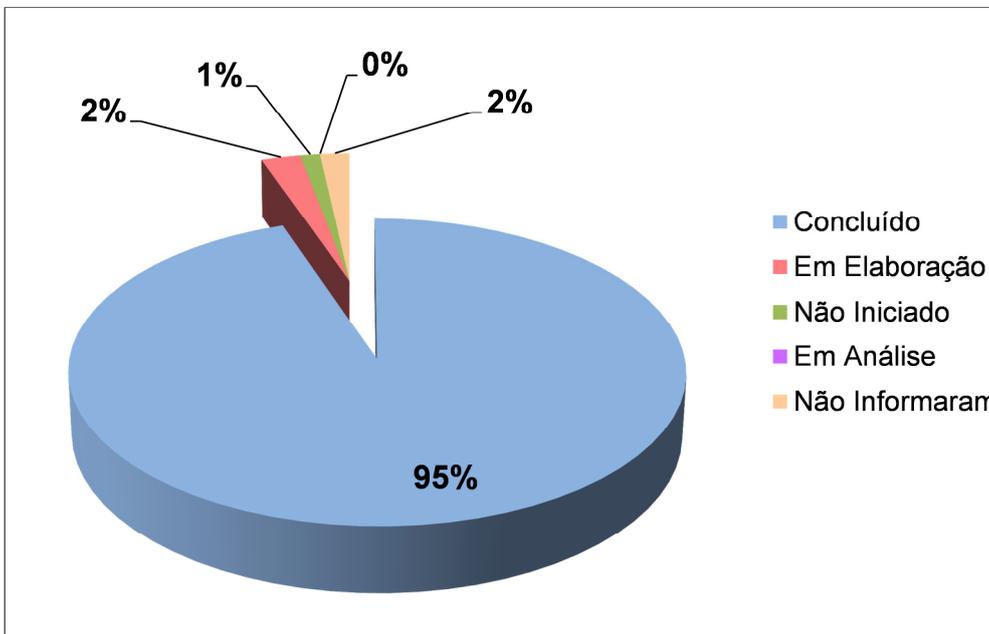
Figura 1 - Panorama dos planos de saneamento em todos os municípios de Santa Catarina.



Uma nova análise foi feita dividindo os municípios catarinenses em dois grupos: aqueles com menos e mais de dez mil habitantes. Diante desse critério, percebe-se claramente os diferentes estágios que cada grupo se encontra em relação aos PMSB. Quase a totalidade dos municípios com menos de 10 mil habitantes (95%) estão com seus planos concluídos (Figura 2). Esse ótimo indicador é possível de ter acontecido devido ao forte apoio dado a esses municípios pela

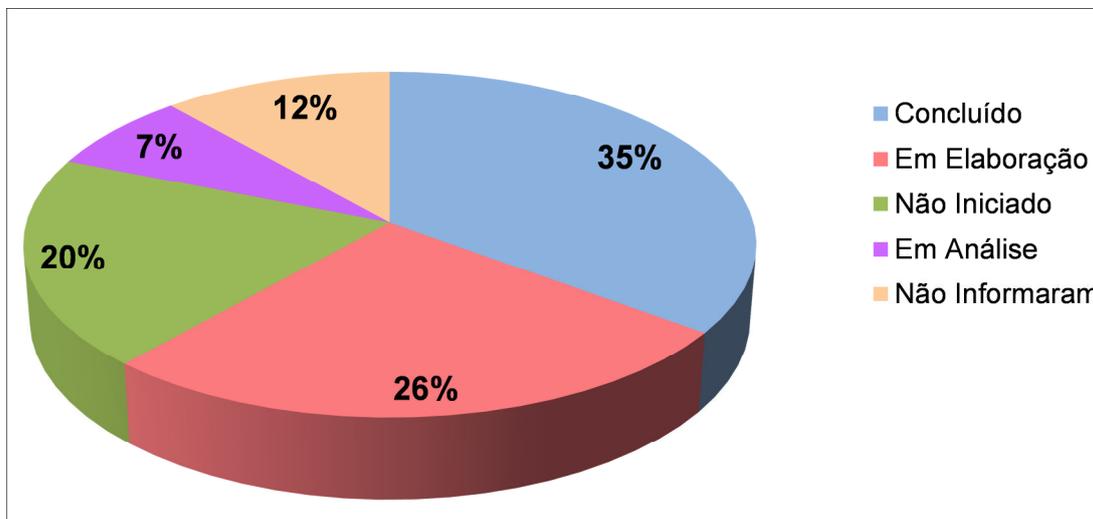
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), a qual contratou consultorias que fomentaram a implantação dos Planos nos municípios com população de até dez mil pessoas.

Figura 2 - Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina nos 171 Municípios com menos de 10.000 habitantes.



Nos municípios com mais de dez mil habitantes, um cenário diferente é apresentado (Figura 3). Os diferentes estágios de implementação dos PMSB são distribuídos em proporções menos discrepantes. Estão concluídos 35% dos planos, contrastando fortemente com o observado nos municípios menores. Com isso, pode-se inferir como a ajuda externa de agentes públicos pode auxiliar de modo eficaz na consecução de resultados e colaborando para a universalização dos serviços de saneamento.

Figura 3 - Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina nos 122 Municípios com mais de 10.000 habitantes.



Não somente os PMSB são necessários para que a política de saneamento nos municípios seja implementada por completo. A Figura 4 expõe como se dá a distribuição da presença de lei municipal, conselho municipal de saneamento, fundo municipal de saneamento e agência reguladora em todos os municípios do estado e conforme a faixa de população.

Após as discussões com a comunidade, o PMSB deve ser apreciado pelos vereadores e aprovado pela Câmara Municipal, constituindo a lei municipal que guia o saneamento. Dos 293 municípios catarinenses, apenas 33 possuem o plano aprovado e atuante em forma de lei.

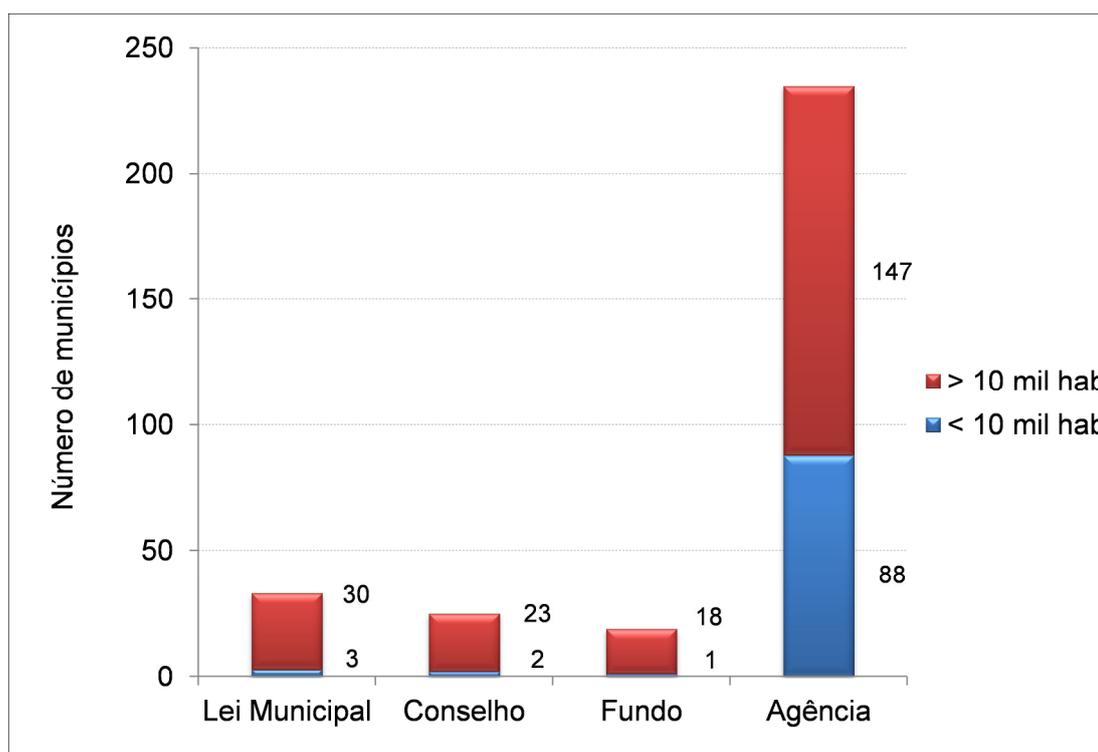
O controle social, ou seja, a participação dos diferentes setores da sociedade, deve ser realizado nos municípios e este é o papel do conselho municipal de saneamento. Em Santa Catarina, apenas 25 municípios possuem este instrumento de participação do povo nas ações de saneamento.

Uma baixa quantidade de municípios também se repete no que se refere à presença de fundo municipal de saneamento. Apenas 19 municípios possuem o fundo, o qual tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência de recursos destinados ao desenvolvimento do saneamento.

Em relação à presença de uma agência reguladora, 235 dos municípios catarinenses a possuem. Com isso, verifica-se a atuação na regulação como o item com maior proporção em relação aos demais anteriormente expostos. Os objetivos da regulação são, sucintamente, estabelecer padrões e normas para prestação dos serviços de saneamento, acompanhar os PMSB, evitar o abuso de poder econômico e definir tarifas equilibradas.

Com relação aos dois grupos de municípios (com mais e menos de dez mil habitantes), observa-se que nos com menos de dez mil habitantes a presença de lei, conselho e/ou fundo é baixíssima. Somente em relação quantidade de municípios com agência reguladora esse número é mais razoável.

Figura 4 - Quantidade de municípios que possuem os quatro requisitos básicos para a política municipal de saneamento.



A AGESAN continuará acompanhando os municípios que estão elaborando seus planos de saneamento. Para os municípios que elaboraram e aprovaram seus PMSB, o desafio é conciliar os planos com as assinaturas dos contratos de programa, pois o mesmo é a ferramenta fundamental para que se possa regular, fiscalizar e orientar os serviços de saneamento nos municípios conveniados, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação. A agência participa da elaboração e supervisiona a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico, do Plano Estadual de Saneamento Básico e também elaborara estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico. Além do citado até o momento, a agência também realizou encontros de capacitação nas 10 regiões hidrográficas de Santa Catarina onde todos municípios da região foram convidados a receber palestras sobre saneamento e tirar possíveis dúvidas ligadas ao tema. Assim, a agência segue com suas ações de incentivo à implantação dos PMSB, fundos e conselhos municipais.

Engº. Silvio César dos Santos Rosa
Diretor de Regulação e Fiscalização

Engº. Cássio Moraes Schambeck
Gerente de Regulação

Jatyr Fritsch Borges
Gerente de Fiscalização

Márcia Menezes da Silva Soncini
Coordenadora Responsável

Ana Paula Dagostin Milanez
Colaboradora